

PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Arthur Santos
Ex-Senador pelo Paraná

O índice que melhor traduz o incremento ou diminuição da riqueza de um país é a renda “per capita”, isto é, a parcela da renda nacional ou produto nacional que cabe a cada um dos membros da comunidade.

O Brasil, país sem cataclismos, inigualavelmente dotado de recursos naturais, de solo fértil e uma das maiores extensões territoriais do globo, de clima saudável, de regime (menos no polígono da sêca) de chuvas favoráveis, de prodigioso subsolo, a oferecer-nos desde o ouro, carvão e minérios até o petróleo, dotado de potencial hidrelétrico correspondente a um sexto do potencial total do orbe terrestre, com matérias-primas de tóda sorte para a indústria e possibilidades quase milagrosas na agricultura, muitas ainda inexploradas e longe de serem pesquisadas, o Brasil de povo bom e pacífico, de operários inteligentes e trabalhadores, vive um enigma: não figura entre as nações desenvolvidas do mundo; está antes entre as subdesenvolvidas e, o que é pior, mal colocado mesmo entre elas.

Num quadro organizado com dados recentes, compreendendo quarenta países selecionados, figurávamos em antepenúltimo lugar, com o índice de 215 dólares de rendimento por pessoa e por ano, contra 1.908 dos Estados Unidos, 1.318 do Canadá, 995 da Suíça, 968 da Nova Zelândia e assim por diante. Antepunham-se ao Brasil a Venezuela, o Uruguai, a Argentina e o Chile, para mencionar somente países sul-americanos, com os índices de 530, 425, 366 e 250. (Desenvolvimento Econômico, Charles P. Kindleberger, fl. 15).

Noutro quadro, que divide os países desenvolvidos, intermediários e subdesenvolvidos, Argentina, Chile, Cuba, Uruguai e Venezuela estão entre os intermediários e o Brasil entre os subdesenvolvidos, ao lado da Angola, Uganda, Nova Guiné, etc. (Introdução à Análise Econômica, P.A. Samuelson, II vol., fl. 594).

Enquanto, há um século atrás, a China enviava mensagem ao Rei da Inglaterra e lhe dizia que seu país não necessitava nem desejava o progresso econômico, hoje o desenvolvimento é o anseio de toda a nação. Os seus esforços, nesse sentido, são impressionantes.

O desejo de progresso explica-se: os habitantes dos países subdesenvolvidos estão hoje plenamente conscientes de sua pobreza, em consequência do aperfeiçoamento e penetração dos meios de informação e propaganda, o jornal, rádio, cinema.

A difusão das informações — parece incrível — torna os povos pobres menos felizes. Com efeito, a felicidade, em termos econômicos, se expressa pela antiga fórmula:

$$\text{Felicidade} = \frac{\text{consumo material}}{\text{desejo}}$$

Sempre que indivíduos consomem todos os bens que desejam, há felicidade, que, segundo a fórmula, pode ser aumentada de duas maneiras: diminuindo o denominador, ou aumentando o numerador.

Os meios de comunicação e a propaganda influem hoje incessantemente sobre o desejo, de que resulta ser o aumento do consumo material e, portanto, da riqueza o elemento único para atingir a felicidade.

Mas, não só por motivos individuais de bem-estar se busca o desenvolvimento. Hoje todo país sabe como vive o seu vizinho mais próspero e busca imitá-lo, até mesmo por nacionalismo, aspirando a ser mais poderoso, respeitado e, se possível, temido.

É interessante, também, que, muita vez, em seu próprio benefício, países desenvolvidos auxiliem outros menos desenvolvidos. Nesses casos, o que evita conflitos é não serem incrementadas as indústrias ou atividades características do mais poderoso, já que o interesse deste é a criação de mercado para seus produtos. A tônica, pois, do auxílio estrangeiro é o interesse mútuo.

DESENVOLVIMENTO

Para formar juízo sobre a delicadeza do problema do desenvolvimento, melhor não há que examinar os elementos econômicos fundamentais: população, recursos naturais, capital e tecnologia.

Se maior população significasse maior desenvolvimento, a China e a Índia, com seus 50% da humanidade, seriam os países mais ricos da Terra.

Mas, pelo contrário, o crescimento da população fica sujeito à lei dos rendimentos decrescentes, difícil que é, nessas fases,

o acréscimo correspondente no rendimento "per capita". É verdade, porém, que, quando um país entra em desenvolvimento, as primeiras medidas (melhora dos meios de transporte, com a diminuição de fomes locais, aperfeiçoamento da assistência médica e das condições de higiene — água e esgoto — diminuição da mortalidade infantil) tendem a incrementar o ritmo do crescimento da população.

Esse crescimento traz novos encargos à comunidade e concorre para manter estacionários os índices de desenvolvimento, já que a mesma ou pouco maior riqueza passa a ser distribuída entre maior número de indivíduos.

A questão tem preocupado muitos autores, desde Malthus, há século e meio, que, em seu "Ensaio sobre os princípios de população", sustentou que a humanidade crescia em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência cresciam em progressão aritmética.

A melhora dos sistemas de cultivo da terra e curiosas perspectivas de obtenção de alimento dos mares adiam, felizmente, o "fim do mundo", pela inanição, para dias mais remotos.

A título de curiosidade, vale resumir como colocou a questão renomado astrônomo inglês, Fred Hoyle, autor de importante teoria sobre a criação contínua da matéria no espaço sideral, citado por W. Arthur Lewis, em "Teoria do Desenvolvimento Econômico", pág. 396. Diz êle que, a persistir o atual coeficiente de crescimento da população mundial, só durante mais meio século a massa humana poderá ser alimentada aos presentes níveis de subsistência. Aceita, com otimismo, que, elevada, até o ano 2000,

de 2,8 bilhões para 4 bilhões de almas, o engenho humano inventará novos métodos agrícolas. Exemplifica a cultura de algas em alta escala, em lagoas, lagos e no mar: seria a hidropônica e permitiria a quintuplicação do valor nutritivo da produção alimentar, o que possibilitaria a vida de 20 bilhões de pessoas por mais 200 anos. Esgotadas as possibilidades de algocultura, viria a alimentação sintética, que chama de "pilulocultura", e, para chegar ao obstáculo prático que busca, considera resolvido o problema alimentar.

Entrementes, a população irá crescendo no ritmo aproximado de 1% ao ano (atualmente são 100.000 pessoas a cada dia que passa) e não haverá mais espaço na terra dentro de 1.100 anos. Hoje são uns poucos habitantes por quilômetro quadrado (22 habitantes); então, um habitante por menos de metro quadrado! E, nessa antevisão do mundo futuro, os homens viveriam sobrepostos uns aos outros em arranha-céus que cobrirão toda a face da terra, preenchendo os espaços vitais, numa monstruosa concentração humana. Esse o panorama a que nos leva o autor para um período mais próximo da nossa era, do que foi a era cristã já transcorrida.

Uma digressão se poderá fazer até mesmo sobre a reformulação dos conceitos morais, pois a humanidade entrará numa fase de rigorosa seleção da espécie e terá de modificar as atuais concepções, quando não sobre a vida, pelo menos sobre a maternidade. Talvez, então, o simples fato de ter mais de 2 ou 3 filhos venha a ser objeto de sanções, primeiramente nos códigos de ética e depois até mesmo nas leis penais.

Em nossos dias, no entanto, quantos planejamos o desenvolvimento procuram alcan-

çar dois objetivos primaciais relativamente à população:

- ampliação dos planos de saúde e nutrição, para tornar as pessoas mais felizes e transformá-las em trabalhadores mais produtivos;
- ampliação dos planos de educação, para diminuir o analfabetismo e difundir técnicas agrícolas e industriais.

A conveniente utilização do material humano é importante meio de permitir o desenvolvimento.

Do que está dito se infere logo que o desenvolvimento econômico requer um mínimo de terra como base, sendo de notar que normalmente os países subdesenvolvidos são pobres de riquezas minerais e de solo arável, mas nem esta é a regra geral, nem, de outro lado, todo país desenvolvido é bem dotado de riquezas naturais. A Suíça, a Holanda, a Alemanha, a Noruega e outros países de escassa fertilidade, de terreno mal conformado e clima não raro inclemente, estão, nada obstante, na vanguarda da civilização, a demonstrar como o elemento humano pode assumir caráter decisivo.

As controvérsias repontam a cada passo: ora a crítica atinge os países subdesenvolvidos que estão exaurindo seu solo e dilapidando as insubstituíveis riquezas de seu subsolo, ora se investe contra os países que agem de modo diverso e mostram que, assim como inutilidades de ontem são riquezas hoje (a bauxita e o urânio, faz pouco tempo, não tinham valor, e agora, na era atômica, são disputadas pelo mundo inteiro), assim também a busca dos sucedâneos pode tornar riquezas de hoje em inutilidades amanhã. O "nylon" empobreceu

milhões de pessoas que viviam da sêda; a borracha sintética afetou o padrão de vida da Ásia Oriental, fundado na produção do látex e, antes, já imensamente baixo; muitos já crêem, aliás, que a energia atômica terminará por tirar o valor do petróleo, a nossa riqueza esquecida durante tantos decênios. Na Austrália, após a segunda Guerra Mundial, quem sofreu as conseqüências do "ortlon" foi o coelho bravo. Com efeito, a ameaça que êsse produto nôvo constituiu para a lã australiana redundou na busca do aumento de produtividade dos rebanhos de carneiros, e a solução dos cientistas foi surpreendente: espalhar a mixomatose, doença que dizimou o coelho bravo, deixando mais pastagens para as ovelhas. O aumento da produtividade foi de 30%.

Também a divisão da terra é outra questão importante, mas parece haver certa unanimidade em que a razão esteja com Theodore Schultz, famoso economista agrícola, que afirma: "uma reforma agrária vitoriosa, que ponha a terra nas mãos de proprietários que possam contar com os frutos de sua própria iniciativa tem, repetidas vezes em todos os países, quase literalmente "transformado areia em ouro". Nunca, porém, reforma agrária para retirar a terra dos que legitimamente a possuem para entrega a quem não tenha condições de torná-la produtiva.

A interrogação ainda persiste, porém, quanto à área que deve caber a cada um e quanto à melhor maneira de fazê-la passar para suas mãos, sendo, também, certo que a divisão dos grandes domínios em pequenas propriedades não é, geralmente, econômica, proporciona baixo rendimento, restringe a capacidade de alternar as colheitas, além de tornar necessário maior número de

habitações pelo desagrupamento destas, e impede a acumulação de capital.

Este — o capital — é, por sem dúvida, o principal dos elementos que influem no desenvolvimento econômico.

Se as condições da comunidade são de desemprego, isto é, se há disponibilidade de mão-de-obra, os investimentos permitem aproveitá-la; se as condições são de pleno emprego, há que substituir a enxada pelo arado, a foice por ceifadeiras e, tanto quanto possível, o homem pelo trator, vale dizer, o braço pela maquinaria.

Os fatores da produção devem ser tomados como um todo, dentro da conjugação de suas forças componentes.

Aquilo que parece certo e proveitoso, do ângulo da microeconomia, como pagamento de salários mais altos com a finalidade de atrair mão-de-obra, não constitui fator de progresso para a comunidade; a um exame mais amplo da questão, do ângulo da macroeconomia, vê-se que ocorre simples deslocamento ou transposição de mão-de-obra, produzindo o aumento de trabalho aqui e a correspondente diminuição acolá. O maior salário, sob esse aspecto, não implica maior produção.

Eis, pois, o capital entrando como fator de aproveitamento e de substituição da mão-de-obra, ou, mais propriamente, de multiplicação da mão-de-obra.

A formação do capital, por sua vez, escreve o capítulo mais pungente de toda história de desenvolvimento econômico.

Os habitantes dos países subdesenvolvidos — salvo quanto ao nível de educação e nutrição — são iguais aos dos países desenvolvidos, mas lutam — e isto é evidente — com dificuldades de poupança muito maiores: a renda nacional é pequena e a renda "per capita" os mantém muita vez no limite da subsistência. Claro está que o pobre de escolha de investimento mais adequado,

ta lhe custa mais e o que pode poupar é muito pouco.

É fácil imaginar o drama do técnico que necessita de reunir capital para montar sua pequena fábrica ou oficina, mas vê a quase totalidade de seus ganhos absorvida pela alimentação e vestuário, e suas economias se manterem muito distante do preço de um simples local para instalar-se.

Mas é na comparação entre as possibilidades de dois países que o exemplo elucida mais: suponhamos um país que já tenha completado seus serviços de água e esgoto, pavimentado suas ruas e suas estradas, construído suas escolas e hospitais, aparelhado suas ferrovias e seus portos, montado suas usinas de produção e rede de distribuição de energia elétrica, enfim, um país que já esteja com a casa arrumada e outro ainda na fase de conquista desses requisitos mínimos do progresso.

O primeiro, até mesmo por influência da organização, já tem maior renda e pode devotá-la quase integralmente ao desenvolvimento econômico, em planos de grande envergadura e produtividade na exploração de seus recursos naturais, na montagem de indústrias de base, nos estudos tecnológicos, enquanto o segundo, além de peado pelas desfavoráveis condições de higiene e educação, ainda é forçado a empregar sua renda na conquista daqueles requisitos mínimos de organização, necessários à vida da comunidade.

Daí a noção de que o capital tem imensa função autocatalítica: capital gera capital e acelera a formação de capital, fenômeno que o povo tão bem traduz com a sentença: "o rio corre para o mar".

Enquanto, nas nações desenvolvidas, 10 a 20 por cento da renda pode concentrar-se na formação do capital, nas subdesenvolvidas a taxa de poupança raramente passa de 5%. Unem-se, então, os dois fatores adversos: menor capital e menor possibilidade tem maior disposição de poupança, mas es-

mais rendoso. Por exemplo: a liberação de mão-de-obra da agricultura, através da mecanização, e seu aproveitamento na indústria, com o respectivo movimento migratório do campo para a cidade, implica no desvio de grande parcela da poupança na construção de casas. Não há fugir: é imposição das circunstâncias, mas o capital investido na construção de habitações não é, do ângulo do desenvolvimento econômico, produtivo.

Efetivamente, se fôsse possível criar uma mentalidade — a da poupança —, o ritmo do desenvolvimento poderia ser acelerado. O que se observa, porém, na prática, não é bem isso. Nos países de baixa economia, os contrastes entre remediados e poderosos são mais gritantes do que nas economias desenvolvidas, mas não ocorre que a poupança dos ricos seja proporcionalmente maior. Samuelson (obra citada, pág. 608) cita o exemplo de um país do Oriente Médio onde foi encontrado petróleo em abundância e cujo dirigente, dos 500 milhões de dólares recebidos para permitir a exploração, destinou menos de 100 milhões a melhoramentos de longo prazo, tendo gasto o resto na ostentação de *Cadillacs* com ar refrigerado, palácios e peças de ouro. Consigna, ainda, em letras de fôrma, outro exemplo que nos toca de perto, informando que um estatístico assinalou, sèriamente, que, no século passado, "as despesas com champanha e outras coisas, em Paris, feitas por aristocratas húngaros e brasileiros, dariam para financiar muitas estradas de ferro e companhias de comércio".

É bem possível que o estatístico, de que se valeu o autor, não seja do século passado...

A razão máxima investimento/renda nacional normalmente esperada é de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{3}$, apenas: torna-se mister inverter 100 para elevar em 25 a renda, com tendência para menos, na proporção em que é maior o subdesenvolvimento, inclusive porque também na mesma proporção aumenta o desper-

dício. Os equipamentos industriais e os transportes são utilizados em regime forçado, com inadequada conservação e recuperação, desgastando-se muito mais. Enquanto os países desenvolvidos lutam apenas contra o ritmo de obsolescência desses bens, procurando modernizá-los permanentemente, os outros os vêem geralmente inutilizados antes mesmo de estarem superados pelo aparecimento de equipamentos mais modernos, o que é mais comum no setor de transportes do que mesmo na indústria.

Por fim, sem querer entrar em maiores considerações sobre os tipos e origem do capital, ou sobre a relação capital/produto e taxas de formação de capital, visto como não há pretensão de exame de profundidade na teoria do desenvolvimento, mas um esboço quanto à sutileza do problema, bem assim sobre a interdependência dos fatores que nêle implicam, merecem destaque os seguintes pontos, porque mais uniformemente aceitos:

- o que possibilita a formação de capital é a produção de maior quantidade de bens de consumo do que a necessária para satisfazer as necessidades daqueles que se empenham na poupança;
- poupança é, pois, bens de consumo produzidos e não consumidos pelos produtores;
- a poupança pode ser feita pelo governo e pelo setor privado;
- o processo inicial de formação de capital é imensamente delicado, sujeito que está à insuficiência do rendimento "per capita" e à preferência pelo investimento em habitações, ao entesouramento e à tendência de exagerar o consumo; quando se desencadeia — e de vez que as economias individuais

são insuficientes, em geral, para iniciativas de vulto —, as pessoas e famílias se unem para a formação de empresas de investimentos ou aplicam suas economias na aquisição de títulos públicos, aparelhando, por este meio, o governo para suas realizações, já que a outra fonte de recursos governamentais é a tributação adequada, mas esta fica sujeita a uma série de limitações, cuja inobservância fatalmente afeta a iniciativa privada, e, conseqüentemente, a própria arrecadação.

O capital pode substituir os recursos naturais e o trabalho, donde ser considerado um dos elementos fundamentais do desenvolvimento econômico, mas longe está de ser o elemento único e de independêr dos demais, em especial da tecnologia.

Em verdade, por mais que variem — e tal acontece periodicamente — as opiniões quanto à importância da tecnologia no processo do desenvolvimento econômico, é certo que no mundo moderno alta percentagem da poupança dos países mais adiantados é aplicada nos estudos tecnológicos, hoje considerados verdadeiro investimento de capital e uma das melhores formas de retorno, através dos resultados que propicia.

Os pesquisadores buscam permanentemente a melhora da qualidade e o aumento da quantidade da produção, seja agrícola ou industrial, visando a poupar trabalho ou capital. Buscam, em síntese, a produtividade. Nos EUA, o número de empregados em pesquisas industriais subiu, em 20 anos, de 15 mil para 160 mil.

É neste campo que os países subdesenvolvidos levam sua maior vantagem, uma vez que podem importar conhecimentos com facilidade e livrar-se do ônus de obtê-los através da pesquisa. Basta mencionar, por exemplo, a longa e dispendiosa evolução do

processo de prospecção, sondagem e exploração do petróleo; conhecido desde a mais remota antiguidade, só a partir de 1859 o petróleo teve seu uso difundido, graças aos Estados Unidos, e, em menos de um século, a produção mundial saltou de umas poucas centenas de toneladas a 300 milhões. Inicialmente, o principal aproveitamento do petróleo era através do querosene; com o passar dos anos, os pesquisadores foram descobrindo o vasto campo de utilização hoje conhecido, por meio de uma série de operações como a debutanização "topping", refinação propriamente dita e "cracking", que resultam na assombrosa gama de produtos e subprodutos que vai desde o asfalto até o baton feminino.

Qualquer país que hoje descubra petróleo em seu subsolo não fica mais sujeito à perda de matéria-prima que os Estados Unidos sofreram nos primeiros tempos, nem à utilização de processos rudimentares e penosos de perfuração e sondagem. Muito pelo contrário, pode utilizar moderníssimas sondas, capazes de penetrar a dois, três mil metros de profundidade, e dar utilização plena ao jorro, em superequipadas e aperfeiçoadas usinas, para obtenção de produtos e subprodutos cuja identificação e separação sabemos que custaram milhões em pesquisas.

Tal é a possibilidade de importação da tecnologia, que muita vez acompanha também a importação de capitais estrangeiros. É sabido que a proporção capital/renda, depois de certos estágios do desenvolvimento, tende a diminuir, surgindo a conveniência, para os países desenvolvidos, de exportar capitais para outros em atraso, onde o rendimento é maior. Não raro, esses capitais vêm acompanhados da técnica.

O desenvolvimento da Suécia, por volta de 1870, esteve intimamente ligado a inventos suecos especiais relativos ao tratamento da madeira por produtos químicos, com grande redução de preço.

A Dinamarca, na mesma época, solucionava seu problema com a invenção de uma

desnatadeira mecânica que abria largas perspectivas à produção de manteiga padronizada, de grande consumo no "breakfast" inglês, e o Canadá de 1900 teve de melhorar a técnica do cultivo de suas terras quentes e assim alcançou abundantes colheitas em regiões antes consideradas inaproveitáveis.

E pode dizer-se, com boa razão, que o grande resultado, para os EUA e Rússia, na corrida cósmica, reside não apenas na maior navegabilidade, ou alcance, ou agressividade dos foguetes, mas também no verdadeiro campo de estudo, pesquisa, aperfeiçoamento técnico e invenções em que cada projeto não se transforma, com o incentivo da competição, do pioneirismo, da aventura, do risco e do ideal científico, tudo favorecido pela maior largueza de recursos de que se tem notícia, com o máximo proveito da tecnologia.

O Japão, Alemanha e Rússia exemplificam bem o desenvolvimento através da tecnologia importada. O Japão no fim do século passado enviou seus estudantes ao estrangeiro para impregnarem-se da tecnologia ocidental. A Alemanha só em 1848 pôde acelerar a industrialização, dando substancial auxílio governamental às suas universidades e logrando levar a palma à Inglaterra em matemática, física, química e engenharia. A Rússia, depois de haver contado, a princípio, com a colaboração da engenharia estrangeira, ingressou na fase do interesse pelos livros e revistas técnicas de outros países, notadamente da América do Norte. Ainda há poucos dias, a imprensa anunciava a presença em nosso País de um emissário russo que vem percorrendo o mundo com a missão de adquirir patentes de invenções.

Finalmente, os próprios Estados Unidos tiveram a sua grande oportunidade quando, depois de 30, cientistas de todas as crenças, perseguidos por Hitler, foram desenvolver seus estudos no país.

Todavia, conquanto a importação da tecnologia possa ser amplamente efetuada na indústria, já não oferece as mesmas perspectivas à agricultura, em que condições regionais especiais, climáticas e geológicas, têm levado ao fracasso interessantes planos de auxílio técnico estrangeiro.

Além disso, não se infira, do exposto, que basta copiar e partir para o desenvolvimento econômico, pois a aplicação de novos métodos está sempre de mãos dadas com a inversão de capital, de modo que as peias dos países subdesenvolvidos, descapitalizados, sempre os deixam na retaguarda do progresso.

E, como os fatores de produção não de ser aproveitados, bem ou melhor, mas na proporção em que existirem, a sede de desenvolvimento a braços com a descapitalização pode conduzir os países pelos caminhos tortuosos de um grande mal.

INFLAÇÃO

A simples emissão de dinheiro não significa inflação, já que a cunhagem de moedas foi instituída com o objetivo de facilitar a troca de utilidades, que era primitivamente feita na base mesmo de mercadoria por mercadoria, com todos os percalços inerentes e irreconciliável com a intensidade das transações comerciais no mundo moderno.

Se a emissão corresponde e equivale a um aumento no volume de bens e serviços da comunidade, não tem caráter inflacionário: representa apenas um reajuste do meio circulante à realidade, de modo a continuar atendendo ao seu objetivo, aquele de constituir um denominador comum, por todos aceito como mercadoria capaz de substituir e representar todas as demais, para facilitar a troca.

Diz-se que há inflação quando os poderes autorizados a emitir dinheiro o fazem sem

a contrapartida do aumento da riqueza a que o meio circulante deve equivaler.

A inflação é, assim, evidentemente, um abuso do poder, muito embora, na maioria das vezes, *princípio fantasiada de boas intenções e de justificativas aparentemente aceitáveis.*

Seu mal é de natureza vária, mas reside principalmente em que provoca o aumento dos preços, o que já é um aspecto negativo; provoca esse aumento desordenadamente, *mais nuns setores do que em outros, o que é uma agravante; provoca um aumento desproporcionalmente grande, por motivos de excesso de competição na procura e de fatores até mesmo psicológicos, o que é pior.*

Há uma certa aceitação de que, se fôsse possível efetuar pequenas e periódicas injeções de dinheiro sem lastro na circulação, uma espécie assim de empréstimo a prazo médio, para a realização de obras essenciais e capazes de influir favoravelmente na própria arrecadação pública, poderia haver vantagem para o desenvolvimento.

A medida chegaria a ser comparada a uma espécie de emissão de títulos públicos de subscrição forçada por todo o povo, cada qual subscrevendo, sem perceber, a sua cota. Nesse sentido constituiria até mesmo invenção providencial.

Não haveria, no caso, maior inconveniente, desde que observados níveis que mantivessem o "sistema" despercebido pelo povo, de modo a evitar o desencadeamento da reação já referida, isto é, competição de procura e reação psicológica.

Mas, porque contrariamente à euforia do primeiro estágio — a fase da injeção —, as dificuldades que surgem no momento do recuo — que poderíamos denominar de fase do recolhimento — são imensas e geram o descontentamento, e, além disso, porque o processo, ante sua simplicidade, é realmente tentador, não há exemplo em que o comediamento pôde ser mantido e os principian-

tes moderados não passassem a praticantes contumazes, no início espontaneamente, e depois arrastados pela própria onda inflacionária.

O fenômeno não precisa ser analisado, com mais profundidade, máxime pelos brasileiros que já sentem os efeitos danosos da terapêutica.

Todavia, se é vital para o Brasil combater a inflação que o asfixia, não há fugir que o desenvolvimento é inconciliável com toda política que tenha esse combate por objetivo.

Desenvolvimentismo é expressão autóctone; é um exagêro lingüístico para definir o exagêro político-econômico da tentativa desordenada de aceleração do desenvolvimento.

O nosso País vem, de há muito, atravessando fase de crise inflacionária. Como já foi dito, os recursos de que os governos podem dispor para suas iniciativas não de provir essencialmente (senão totalmente) da adequada tributação e da poupança que o povo, através da subscrição de títulos públicos, deposita nas mãos dos dirigentes do País.

A inflação, com aquela característica de provocar a elevação dos preços a níveis superiores aos próprios níveis da inflação, atua de maneira duplamente desfavorável sobre os recursos de que o govêrno deve dispor; deprecia-os diretamente, pois as inversões governamentais também não se livram da alta dos preços, e obsta o carreamento de fundos privados para as arcas públicas.

Em verdade, desde que o fenômeno da inflação cai no domínio público e os preços começam a subir, institui-se o processo psicológico que agrava os efeitos de inflação: todos, com mais moeda nas mãos, sentindo sua desvalorização, entram na procura de bens em que convertê-la. Imóveis, jóias, mercadorias, tudo é melhor que dinheiro.

A aquisição de títulos públicos, antes um bom negócio, seguro e de bom rendimento, agora é o último dos preferidos. É o fenómeno da "fuga da moeda"; ninguém quer ficar com dinheiro nas mãos, nem com títulos expressos em valor nominal fixo.

O processo do desenvolvimento, ao revés, é esquema delicado, que envolve uma série de fatores da mais nitida interdependência, incredivelmente sensíveis a todas as influências.

Desenvolvimento é, antes de tudo, uma questão de equilíbrio. A ponderação, a previsão, a prudência devem ser o fiel da balança. Toda interferência sobre os fatores de produção provoca uma série de consequências, uma reação em cadeia.

Ora, na fase pré-desenvolvimentista, a febre de construções — reconhecida como a primeira e mais notória resultante da inflação — atinge ao auge, mesmo sendo reprimida através da contenção do crédito para fins imobiliários.

Qual foi a marca do nosso desenvolvimentismo? A imobilização de capitais em Brasília e na própria construção da nova cidade.

Onde a finalidade econômica, a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, o favorecimento do erário nesses investimentos alimentados com maciças emissões? Nem a curto prazo, como seria de desejar, nem a longo prazo, como se poderia tolerar.

Lá está a nova metrópole, até hoje, sem merecer o nome da capital de fato, a viver do artificialismo dos salários majorados.

Nem vale referir-se às indústrias artificiais, cevadas e nutridas de favores protecionistas, sem qualquer possibilidade de sobrevivência no clima competitivo. Nem no abandono das atividades agropecuárias, relegadas a plano secundário, como atividades de menor categoria, sacrificadas à voragem dos investimentos urbanos.

O plano desenvolvimentista não se preocupou sequer em combater o empreguismo, esse inimigo do progresso nacional, que superlota as repartições públicas, suga o erário e, o que é pior, desvia, para a inatividade remunerada da burocracia, talvez o escol da mão-de-obra do País. E não cuidou também de dar uma fredda na desabalada corrida salarial, antes impulsionou-a, tornando insuportável o custo dos serviços públicos. O transporte marítimo, por exemplo, o mais barato de todos, em qualquer parte do mundo, é paradoxalmente, entre nós, o mais caro e o mais ineficiente, verdadeiro cancro por suas implicações em todos os setores da vida nacional.

A TÉCNICA DOS "SLOGANS"

No Brasil, a sofistaria política esconde-se atrás do biombo de certos **slogans** para justificar a incúria administrativa ou a incapacidade para resolução dos problemas nacionais. Eles variam no espaço e no tempo, mas tiveram sempre o caráter marcadamente acadêmico, para debate em torno de teses gerais, de puro verbalismo.

De resto, há, entre nós, um arrastamento pelas virtudes miríficas da lei, erguida à condição de panacéia. É aquela crença no poder transfigurador das fórmulas escritas, de que falava Oliveira Viana, ou a "ilusão gráfica" de Eduardo Prado.

Mas, de que valem as leis, se falham os executores ou os órgãos encarregados de sua boa aplicação?

Com essa técnica, ilude-se a boa-fé do povo brasileiro, e se lhe dá a impressão de que não é por culpa do poder público, senão da falta ou da omissão da lei, que os problemas fundamentais não são resolvidos.

Ainda agora não fugimos à regra: o **slogan** da atualidade são as reformas de base. E como para consegui-las faz-se mister, na atoarda generalizada, emenda constitucional e legislação específica, enquanto

elas não se processam, nada há que fazer na esfera administrativa.

Para não ir muito longe, vale invocar o exemplo dos Estados Unidos, que, desde que madrugaram para a vida de nação soberana, conservaram quase intocável sua Constituição. Passaram de simples colônias para criarem a Nação mais poderosa do mundo, sob a égide da mesma Carta Magna, fundada na República, na Federação e no Presidencialismo. Todas as profundas transformações na estrutura política, econômica e social daquele país; a mudança de seu neutralismo para o intervencionismo internacional; a sua formidável industrialização; o "new deal"; as duas grandes guerras mundiais; a integração racial; o domínio interplanetário, todas essas imensas alterações de valores, estilos, técnicas, categorias, padrões de vida coletiva, não afetaram o diploma da maior obra de sabedoria política, jamais criada pelo gênio dos legisladores para o exercício do governo democrático.

Estão na moda as reformas de base, entre elas, a reforma agrária. Que ela é útil, que deve ser feita, que tem sentido social, é incontestável. O latifúndio improdutivo precisa ser combatido e a taxaço tributária acabaria por destruí-lo. Mas de que servirá dar terra ao lavrador miserável, comido de vermes, analfabeto, desamparado de assistência técnica em zonas desprovidas de tudo, inclusive de estradas para escoamento da produção?

Não seria mais curial, mais objetivo e de maior rendimento que o Governo cuidasse, desde já, do saneamento das populações rurais, da sua educação, de dar-lhes salários justos, assistência creditícia, sementes, adubos, inseticidas? Que se facultassem ao lavrador preços mínimos ao fruto de seu labor, criteriosamente fixados e eficientemente garantidos? Que se criassem silos e depósitos para armazenamento de produtos agrícolas e estradas para o escoamento aos centros consumidores? Que o Estado usasse de seus próprios imóveis, em zonas

rurais, tornando-os produtivos e cedendo-os ao pequeno lavrador? Que espalhasse postos agropecuários e colônias experimentais? Que desburocratizasse o Ministério da Agricultura, tirando-o da indigência e da inutilidade em que se acha?

Dêsse modo, quando a reforma agrária fôsse convertida em lei, a maior parte de seus objetivos já estaria colimada.

A batalha pela recuperação econômica e melhoria de condições de vida das populações brasileiras há de travar-se em duas frentes — o combate contra a inflação e a campanha por maior produtividade.

Fora dêsse programa de salvação nacional, o resto é cuidar do acessório ou do supérfluo em lugar do principal, coisa tão do nosso agrado; é a falsa terapêutica de cuidar dos sintomas, abandonando as causas; é postergar as medidas drásticas e heróicas com que os povos fortes enfrentam e vencem os seus males estruturais ou da conjuntura.

Quanto à necessidade de jugular o surto inflacionário, porque já lhe sente, na própria carne, os efeitos catastróficos, a opinião pública está convencida.

A inflação está corroendo, no seu cerne, a economia nacional, e é responsável pela desvalorização crescente do cruzeiro, o aumento do custo de vida e o desequilíbrio dos orçamentos domésticos. Não há terapêutica milagrosa para refrear-lhe a velocidade, senão perseguir a meta do equilíbrio orçamentário, a contenção do aumento de salários dentro de teto máximo que não ultrapasse jamais o da inflação e a restrição do crédito bancário.

É para essa cruzada nacional, de mobilização dos espíritos, que está sendo convocado o povo brasileiro. Não é uma opção que se abre, mas sim uma tomada de posição, em face de perigo que ameaça as instituições políticas e a própria ordem social em que elas se assentam.

Todos os outros problemas, reformas legislativas, alterações de textos constitucionais, soluções políticas, novas categorias administrativas, devem ceder vez ao imperativo de dominar o grande e insidioso inimigo — a inflação! Nem foi outra a orientação das nações que sofreram do mesmo mal, notadamente, as vencidas ou vencedoras na grande guerra, a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Itália, e que ostentam hoje alto padrão de vida, com sua economia e finanças restauradas, tendo na valorização de suas moedas o índice da prosperidade coletiva.

De outra parte, é preciso adquirir fôro de cidade o conceito de que não basta produzir bastante, senão produzir bem, já que a baixa produtividade é índice de subdesenvolvimento e não enriquece o País.

Nas atividades agropecuárias como nas industriais, o povo só recolhe benefícios e o empresário lucro compensador, se a produção fôr oferecida ao consumo por preços remuneradores e competitivos.

Um país em que o frete do minério de manganês de Macapá a New York é de 4 dólares por tonelada, enquanto de Macapá a Santos é de 30 dólares por tonelada; em que o frete do fosfato de Olinda paga por tonelada de Recife a Santos Cr\$ 29 mil, enquanto da Flórida a Santos (percurso quatro vezes maior) paga menos de Cr\$ 9 mil; em que o sal de Mossoró ao Rio é trazido de caminhão por ser mais barato que o transportado por via marítima, dá prova provada do estrangulamento de sua economia e caminha inexoravelmente para o empobrecimento.

Ainda agora o Ministro Roberto Campos, em impressionante exposição feita ao Congresso Nacional, demonstrou, à última evidência, os efeitos catastróficos da inflação no setor da produção e em nosso ritmo de desenvolvimento.

Disse êle: "Até 1961 o Brasil se vinha desenvolvendo com satisfatório impulso. No quinquênio 1957/1961, a taxa de cresci-

mento do produto real foi, em média, de 7,0%, conquanto parte desse crescimento se traduzisse apenas na acumulação improdutiva de estoques de café.

Em 1962, contudo, a taxa de desenvolvimento começou a esmorecer. Nêsse ano, o produto real cresceu de 5,2%. Em 1963, pelas estimativas preliminares, o produto real teria aumentado de apenas 2,0% — o que, considerado o crescimento da população, significa estagnação e até mesmo retrocesso econômico".

Não é preciso carregar nas tintas dêsse quadro desencorajador!

A herança que coube em partilha, à revolução brasileira, foi um patrimônio saqueado pela incapacidade, a desídia e a inidoneidade dos governos.

Restaurá-lo é o desafio que se oferece à capacidade realizadora, às energias cívicas e ao poder de recuperação do povo brasileiro.

Não há razão para descrença, mas impõe-se determinação firme e inabalável de ganhar o tempo perdido.

É por êsse caminho inçado de troços, de dificuldades, de sacrifícios de tôda a ordem, que seremos obrigados a enveredar até atingirmos as regiões ensolaradas de uma economia estruturada e sadia, com moeda estável e elevados padrões de vida coletiva.

As sombras do passado servirão apenas de advertência às gerações mais mûças de que o progresso de uma nação não se faz com os entorpecentes das emissões de papel-moeda ou à base de uma produção agrícola ou industrial por elas cevadas, mas pela mobilização de tôdas as fôrças vivas da nacionalidade, dentro do esquema de trabalho orientado pelo planejamento e a técnica, sob as inspirações de um govêrno que encarne a austeridade administrativa e a dignidade do poder público.